

Manolita Correia Lima
Solange Rodrigues Bonomo Assumpção
Ivor Prolo
Rosilene Carla Vieira
(Organizadores)

Narrando experiências formativas
que valorizam pessoas, culturas e
projetos no ambiente universitário

O CASO DA UNILA



EDUNILA



Manolita Correia Lima
Solange Rodrigues Bonomo Assumpção
Ivor Prolo
Rosilene Carla Vieira
(Organizadores)

Narrando experiências formativas
que valorizam pessoas, culturas e
projetos no ambiente universitário

O CASO DA UNILA

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2020

Ficha catalográfica elaborada pela EDUNILA – Editora Universitária

N234 Narrando experiências formativas que valorizam pessoas, culturas e projetos no ambiente universitário: o caso da UNILA/ Manolita Correia Lima (Org.); Solange Rodrigues Bonomo Assumpção (Org.); Ivor Prolo (Org.); Rosilene Carla Vieira (Org). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

371 p.: il.

ISBN: 978-65-86342-07-9

1. Educação Superior. 2. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. 3. Cultura. 4. Pesquisa I. Lima, Manolita Correia. II. Assumpção, Solange R. Bonomo. III. Prolo, Ivor. IV. Vieira, Rosilene Carla. V. Título.

CDU 378

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

EDUNILA – Editora Universitária
Av. Tancredo Neves, 6731 – Bloco 4
Caixa Postal 2044
Foz do Iguaçu – PR – Brasil
CEP 85867-970
Fones: +55 (45) 3529-2749 | 3529-2788
editora@unila.edu.br
www.unila.edu.br/editora

Editora associada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

CAPÍTULO 12



A literatura como língua compartilhada: entre a universidade e o presídio

Cristiane Checchia

Mario René Rodríguez Torres

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é inspirado em nossa experiência em um trabalho de extensão universitária da UNILA, o *Direito à Poesia*. Este projeto é desenvolvido desde 2015 por meio de rodas de leitura e oficinas de escrita com mulheres e homens privados de liberdade em duas unidades prisionais de Foz do Iguaçu: a Penitenciária Estadual II (PEF II) e a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão (PFF-UP). Nosso objetivo aqui é compartilhar alguns dos referenciais teóricos e princípios que têm orientado nossa prática. Além disso, propomos também neste texto refletir sobre a potência da palavra poética ao circular no interior de espaços marcados pelo confinamento, compartilhando algumas das questões que nos têm sido levantadas a partir de nossa prática e de nossas pesquisas sobre outras propostas de mediação de leitura e escrita em cárceres da América Latina¹.

1 Este “nós” autores é devedor da contribuição inestimável da dedicação e do compromisso dos diversos estudantes que trabalham e trabalharam conosco, seja no âmbito da extensão, seja no âmbito das pesquisas. Consideramos que o texto que aqui produzimos é resultado de um trabalho produzido coletivamente e, por isso,

Embora ainda em fase de amadurecimento, consideramos que estes cinco anos de trabalho nos convocam a ampliar sua visibilidade, como forma de fortalecer nossa interlocução com outros grupos de extensão e pesquisa que trabalham com a questão prisional. Além disso, este texto reafirma o compromisso do grupo e da UNILA em chamar a atenção para as contradições da política de encarceramento em massa nos países da América Latina, questão da qual o *Direito à Poesia* nos aproximou.

Nossa exposição ao longo do texto, contudo, evidenciará que há uma parcela dessa experiência que se mostra intraduzível ao nosso esforço de reflexão sobre ela. Por este motivo, optamos por concluir nosso capítulo narrando alguns momentos marcantes vividos no *Direito à Poesia*.

Este texto é dedicado especialmente às e aos participantes do projeto *Direito à Poesia*, quem, em sua maioria, infelizmente não o lerão. Com muitos deles terminamos perdendo o contato devido à sua repentina transferência de setor ou por sua ansiada liberação, o que dificulta compartilhar resultados que apareçam tempos depois da realização dos encontros, como no presente caso (às vezes isso dificulta inclusive a própria continuidade da oficina). Cabe esclarecer, no entanto, que os participantes de *Direito à Poesia* sabem da gestão de trabalhos como os que apresentamos aqui, pois, por princípio ético-metodológico, sempre que podemos nos referimos às condições de funcionamento de nossa atividade de extensão que, conforme comentamos, articula-se com atividades de pesquisa e reflexões teóricas que supõem a publicação dos resultados mediante apresentações e artigos acadêmicos. A maioria das ideias que apresentamos a

mencionamos os nomes de todos os que estiveram envolvidos: Fernando Marcelo Pinto Raposo, Tania Rivera, Isadora de Assis Brasil, Heloísa Marques, Marco Roberto Albuquerque, Luciano Cantero dos Santos, Carolina Guerra Pereira, Marcos Miranda, Diana Marcela Giménez Garrido, Júlia Pereira Matias, Nicole Machado Lopes da Silva, Lucas Leme Moraes, Laís Dias de Farias, Angélica Moreno Usaquin e Anderson Alves dos Santos. Além disso, agradecemos o apoio incondicional de Waldir Cessi, sem o qual o projeto não teria condições de ser desenvolvido na PEF 2, e a interlocução com Josiane Kojo e Maria Luiza da Silva, pedagogas que trabalham nas duas penitenciárias em que atuamos. O projeto também contou com o apoio institucional e econômico da Pró-Reitoria de Extensão da UNILA e com a Fundação Araucária.

seguir foram, portanto, expostas e discutidas com os participantes nas oficinas. Apesar de não terem interferido diretamente na escrita, este texto também lhes pertence.

2. DIREITO À POESIA

A origem do *Direito à Poesia* está bastante ligada ao ambiente acadêmico unileiro, que parece nos “chamar” para os projetos de extensão. Seja pela inspiração do projeto pedagógico da UNILA, seja pela existência de cursos menos tradicionais, ou ainda pelo perfil dos estudantes que têm chegado à universidade, o fato é que sentimos no funcionamento cotidiano da UNILA uma busca efetiva pela integração das esferas de ensino, pesquisa e extensão. Em nosso caso, dois fatos importantes acabaram se articulando para dar o impulso inicial ao projeto. O primeiro foi um convênio estabelecido em 2014 entre a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e a UNILA. Denominado como *Projeto Ipê: Educação, Leitura, Literatura e Saúde aos Apenados de Foz do Iguaçu* (UNILA, 2014), o convênio previa o comprometimento da universidade para a promoção de rodas de leitura e rodas de conversa sobre questões de saúde na PEF 2, em Foz do Iguaçu. O acordo terminou por não ser efetivado em virtude de uma mudança institucional (o sistema penitenciário do Estado do Paraná saiu do abrigo da SEJU e passou à alçada da Secretaria de Segurança Pública), mas ajudou a criar uma aproximação entre a universidade e o Departamento Penitenciário (Depen), que procuramos retomar em 2015. O segundo fato se deu mais ou menos na mesma época, quando um grupo de estudantes (Fernando, Tania, Isadora e Heloísa) de três cursos diferentes, que já trabalhava e pesquisava a questão carcerária, manifestou seu interesse por integrar o trabalho que poderia começar com as mulheres em privação de liberdade na Penitenciária Feminina. O *Direito à Poesia* nasceu sob esta dupla motivação: do Projeto Ipê e do interesse de atuação nos presídios desses estudantes.

Já em seu início, a proposta partia da ideia de que a criação de rodas de leitura no interior das instituições prisionais favoreceria, nestes locais, a abertura de um espaço horizontal de fala e de respeito entre as(os) participantes. Apostávamos na possibilidade de viabilizar uma experiência significativa de atividade poética e de fruição do texto literário, ainda que no interior do ambiente de privação de liberdade. Não menos importante, do ponto de vista acadêmico, pretendíamos viabilizar, por meio da pesquisa-ação, a formação de estudantes/pesquisadores e futuros profissionais da mediação cultural, engajados e sensíveis à dimensão ética, estética e política de sua formação. Ao longo do desenvolvimento do projeto, a proposta inicial das rodas de leitura evoluiu também para o desenvolvimento de oficinas de escrita, que já resultaram na elaboração de três antologias de textos dos participantes. Na imagem (FIGURA 1), apresentamos a segunda coleção de livrinhos, que circularam dentro e fora do presídio.

FIGURA 1 – Antologia II do *Direito à Poesia*

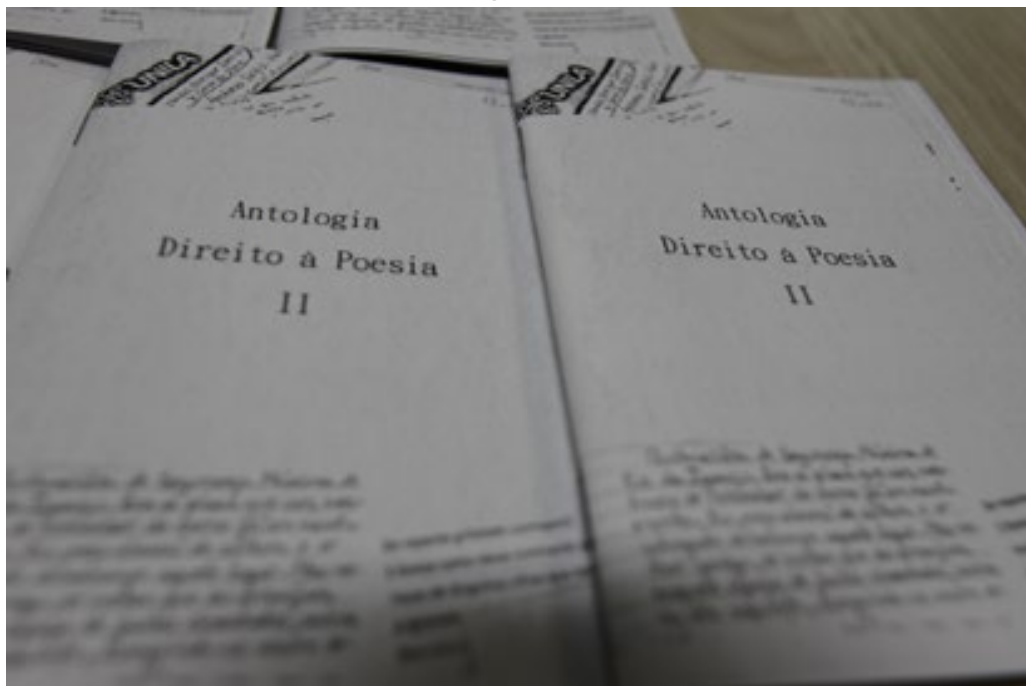


Foto: Sandra Narita (2017).

Cabe dizer que o enorme desafio implicado nesta proposta, realizada em um ambiente até então bastante desconhecido por seus idealizadores, demandou de nós a formação de um grupo de estudos interdisciplinar no qual pudéssemos refletir mais profundamente sobre as questões que emergiam do campo. Compreendendo a horizontalidade e a interdisciplinaridade propostas no projeto, o diálogo se fez fundamental. Nesse sentido, o amadurecimento do grupo deve muito aos encontros quinzenais que continuam a ser realizados e organizados de uma perspectiva interdisciplinar, com debates a partir de diversos campos de saberes e organizados nos seguintes núcleos temáticos: questões específicas do contexto prisional e da forma como se dá a administração de Justiça no Brasil e nos demais países da América Latina; questões específicas de gênero e da subjetividade feminina no contexto de privação de liberdade; questões teóricas implicadas na relação entre a linguagem (literária) e a formação da subjetividade; questões teóricas e metodológicas implicadas nas experiências de mediação de leitura; questões filosóficas implicadas nas relações intersubjetivas em contexto de comunidades de aprendizagem e de leitura coletiva; questões antropológicas implicadas no trabalho de observação e de atuação junto a uma comunidade distinta à do mediador; elaboração de acervo de experiências reconhecidas de mediação cultural envolvendo círculos de leitura e formação de leitores em situações adversas, realizadas no Brasil e em outros países da América Latina; exploração de repertório de textos que podem ser significativos e interessantes para a leitura nos círculos junto ao público-alvo específico.

Buscamos investir na interdisciplinaridade de nossa formação justamente por compreender que o campo da mediação de leitura, sobretudo em contextos de adversidade como o de um presídio, exige conhecimento de processos e elementos extremamente complexos e em relação aos quais não há “receitas de atuação”. O grupo de estudos tem sido, assim, um espaço de formação dos discentes e dos docentes extremamente valioso.

3. CONTRA AS CLAUSURAS INSTITUCIONAIS

De outra perspectiva, as aspirações iniciais do projeto respondiam ainda à urgência que sentíamos em nos movimentarmos para além dos limites de três instituições: a universidade, a prisão e, ainda, a própria literatura.

Em relação à universidade, esta, como toda instituição, está sempre com o risco de acomodar-se em padrões estabelecidos, tendendo a cristalizar certas práticas e sentidos, ainda mais no contexto em que o cotidiano acadêmico é fortemente perpassado pela lógica produtivista e de mercado. Nesse sentido, a nosso ver, uma das medidas para evitar a inércia universitária é não permanecermos presos ao interior de seus muros e buscarmos vínculos com aqueles para quem a possibilidade de acesso à universidade é menor, em virtude das barreiras invisíveis que ainda dificultam o acesso de certos setores sociais – com marca de classe e cor de pele específica (SEGATO, 2007) – à universidade e facilitam sua entrada nos presídios. Tal esforço de romper com o isolamento universitário é muito presente no ambiente e no cotidiano da UNILA, que tem como princípios fundamentais a interdisciplinaridade, a interculturalidade e a integração solidária.

Se, por um lado, na criação do projeto partíamos de certo mal-estar com os bloqueios da universidade, do mesmo modo nos mobilizava o mal-estar igualmente compartilhado com os bloqueios da prisão e a lógica do encarceramento em massa. No clássico estudo *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1999) mostra que os presídios são uma peça fundamental do funcionamento das sociedades modernas e, por isso, não atingem somente as pessoas privadas de liberdade e a seus familiares: a prisão não só imobiliza aqueles que se encontram atrás das grades, mas serve como uma forma de contenção social muito mais ampla. Ela afeta de forma mais direta e severa àqueles que se encontram em situação mais vulnerável e que são menos favorecidos pelas políticas do Estado.

Por meio dos dados disponíveis no portal do Ministério da Justiça (MOURA, 2019) e amplamente divulgados, sabe-se que a grande massa dos encarcerados é formada por jovens pobres, negros, anal-fabetos ou semiletrados, que cresceram em situação de vulnerabilidade social, sem a assistência básica a que deveriam ter direito. Os dados brasileiros reproduzem, talvez em escala ampliada, os dados que temos coligido de outros sistemas prisionais em países vizinhos.

No editorial do segundo número de YoSoy, a revista da organização YoNoFui, da Argentina, que tem sido uma das referências principais para nosso trabalho, o Coletivo Editorial Tinta Revuelta afirma que muitas mulheres nesse país “no quieren salir de la cárcel, o piensan en cómo volver porque allí, mal que mal, tienen su primer trabajo formal y sus derechos básicos (malamente) garantizados” (YONOFUI, 2016, p. 5). Ou seja, o cárcere aparece, perversamente, como “un horizonte de inclusión para las mujeres pobres” (p. 5). Esta afirmação faz ressaltar o vínculo entre os presídios e a inclusão social perversa, que nega a amplas parcelas da população seus direitos mais básicos para assimilá-las precariamente num sistema de superexploração econômica (MARTINS, 2008).

Na revista *Los Monstruos Tienen Miedo*, publicação produzida por estudantes presos no Complejo Penitenciario Federal I de Ezeiza, Emiliano Freitas (FREITAS, 2014 apud PARCHUC, 2015, p. 22)² afirma que na Argentina “el joven, pobre, morocho de viserita que ni estudia ni trabaja” é estigmatizado e é combatido como se fosse

un enemigo peligroso venido del infierno. Se habla entonces de inseguridad, de mano dura, de aumento de penas, de bajar la imputabilidad de los menores; lo cual se traduce en el reclamo masivo de más policías, balas y represión. De lo que no se habla es de las causas, como la desigualdad y exclusión social, de la falta de trabajo y salario dignos, de que existe una justicia para pobres y otra para ricos (FREITAS, 2014 apud PARCHUC, 2015, p. 22).

2 Juan Pablo Parchuc é coordenador do Programa de Extensión en Cárceres de la Facultad de Letras de la UBA. Em nosso trabalho de investigação sobre outros projetos com literatura em cárceres da América Latina, chama-nos a atenção a solidez e a abrangência dos trabalhos educacionais em cárceres na Argentina, que já tornaram possível inclusive a abertura de cursos universitários no interior dos presídios.

O paralelo com o que acontece no Brasil (onde recentemente, como na Argentina e no Uruguai, houve uma campanha forte pela diminuição da maioria penal) é evidente. Cá e lá, o “grande medo de uma plebe que se acredita toda em conjunto criminosa e sediciosa” (FOUCAULT, 1999, p. 229) oferece a justificativa principal para colocar mais pessoas no cárcere.

E se, como diz Freitas (2014 apud PARCHUC, 2015, p. 22), não interessa falar – ou se fala pouco – dos motivos que levam uma pessoa à delinquência, é porque esse silêncio resulta muito útil. Foucault (1979), mais uma vez, entre outros autores, descreveu as múltiplas utilidades do delinquente. Inseridos no sistema prisional majoritariamente por pequenos delitos, mulheres e homens sem escolaridade, estigmatizados pela cor de sua pele e pela pobreza, e ainda mais quando marcados socialmente pela infâmia do encarceramento, serão os alvos preferenciais do recrutamento de amplas organizações do crime (bem articuladas ao mercado e ao aparato estatal). Amplamente conhecida desde o nascimento da instituição prisional moderna, no início do séc. XIX, a manutenção dos mecanismos de funcionamento desta verdadeira indústria favorece a reiteração dos discursos sobre a delinquência e alimentam o medo e a aceitação tácita dos aparelhos policiais e de controle.

O presídio faz, assim, parte de uma série de mecanismos de controle social mais amplos, que, com o passar do tempo, só tem se incrementado e sofisticado. Ao mesmo tempo em que assistimos ao aumento exponencial do número de homens e mulheres nas prisões, cresce também o número de pessoas que se isolam voluntariamente nos condomínios fechados, submetendo-se às câmeras de vigilância e aos mais generalizados dispositivos de assujeitamento em diversos espaços (AGAMBEN, 2015; 2011).

Em suma, é por seu encadeamento com todos esses fenômenos complexos que afirmamos que o presídio promove imobilidade e fechamentos. Nossa inconformidade com a ampliação da discursividade do medo, somada ao nosso desconforto com o que chamamos mais acima de bloqueios da universidade, foram mobilizadores importantes de nosso projeto. Sendo assim, sublinhamos que o *Direito à Poesia* não deve ser entendido como uma proposta de

reinserção social para a população carcerária. O que nos mobiliza é outra coisa. Não se trata de fazer algo pelas pessoas privadas de liberdade, mas de fazer algo com elas. Em outras palavras, a ideia do projeto não é pensar a leitura da literatura nos cárceres como espaço de redenção ou no sentido de exemplo moral, comum em muitos projetos realizados com leitura e escrita em prisões. Queremos fugir da armadilha da “reinserção social”, ainda quando bem intencionada, que obscurece a lógica perversa que leva os indivíduos às prisões e projeta sobre eles expectativas alheias à sua história, aprisionando a leitura e a escrita das pessoas que estão lendo nas condições do encarceramento. É, sim, do encontro de nossas múltiplas prisões e do desejo de superá-las que este projeto encontra o seu mais forte motivo.

Nossa proposta é a construção de um espaço aberto e compartilhado, e acreditamos que a literatura pode ser um caminho para tanto. Neste projeto pensamos a literatura no sentido de liberdade, da potencial resignificação dos sujeitos diante de uma experiência nova com a linguagem, e como uma maneira de fugir dos padrões do que se entende por “estar na prisão” ou “estar na universidade”.

Nas atividades que procuramos desenvolver com os participantes das rodas, existe um espaço disponível para refletir e falar, para estar em contato com outros mundos, com outras paisagens, para trabalhar a memória de si e o autorretrato, para, em suma, viver a língua como experimentação.

4. A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE

Entre os motivos de nosso interesse por trabalhar com literatura, está a particular relação que ela tem com a lei: a possibilidade de dizer tudo, transpondo os interditos da língua, ou seja, da lei primeira. A literatura apresenta-se como uma “estranha instituição”, segundo Jacques Derrida (2014), que possibilita franquear as interdições e alargar as fronteiras do dizível. Esse poder libertador da literatura é sentido de forma muito especial nos presídios, posto que estes não

só sujeitam corpos, mas também falas. “Cair” preso é, entre outras coisas, ser colocado na posição de quem não tem nada para dizer ou a de quem só pode falar em termos de culpa e arrependimento. As pessoas privadas de liberdade sabem que essas são as únicas coisas que se espera escutar delas.

Por tal motivo, um dos primeiros desafios da nossa oficina é fazer sentir aos participantes que no espaço dos círculos de leitura e escrita podem dizer outras coisas; que a literatura lhes possibilita certo grau de liberdade de expressão, mesmo com a presença – que não é possível apagar – de guardas e muros. De fato, em um ambiente tão vigiado e duro, a literatura possibilita abordar de forma indireta e sutil temas difíceis de serem falados. Ela faculta uma espécie de dizer sem dizer, visto que aquilo que ela diz sempre pode ser outra coisa. Como também observa Derrida, se a literatura se caracteriza pela “possibilidade de dizer tudo de todas as formas”, isso implica a possibilidade de “não querer dizer nada” (DERRIDA, 2008, p. 119): dizer algo sem sentido ou se recusar a dizer algo. Por tal razão, ela oferece um resguardo, permite inclusive manter certa intimidade e segredo; possibilidades que a instituição carcerária tende a anular da vida das pessoas privadas de liberdade.

Em geral, as rodas de leitura acontecem com grupos de dez participantes, além de nós e dos estudantes envolvidos (que gradativamente assumem maior protagonismo na organização dos encontros). Nas duas instituições, há um espaço (uma sala e um galpão) disponível para as atividades educativas ou de trabalho, onde não há grades e onde podemos nos organizar sempre em roda. Idealmente, os encontros deveriam acontecer semanalmente, mas por impedimentos das instituições, temos conseguido realizar encontros quinzenais.

Nas primeiras rodas com cada grupo dedicamos certo tempo a apresentar a UNILA e nossa proposta, bem como a nos apresentarmos entre todos. Além disso, já nos primeiros encontros levamos poesias e textos curtos, a partir dos quais fazemos os primeiros experimentos de leitura conjunta, compartilhando impressões e distintas interpretações. A partir destas leituras iniciais, o grupo começa a afinar-se e sentimos gradualmente a formação de um espaço de confiança. Refletindo sobre a possibilidade de aprendizagem criada

por uma experiência comum de leitura em voz alta, Jorge Larrosa (1999, p. 145) fala do jogo que se estabelece entre os participantes de uma comunidade leitora, jogo esse que tem a ver com a experiência da liberdade e da amizade: a amizade de serem todos fisgados pelo mesmo texto, a amizade de compartilharem esse texto, mas de verem nele coisas diferentes, imprevistas, e de se sentirem todos livres para dizê-lo. Em nossas rodas, poemas, crônicas, contos, fragmentos de romances, ditos populares vão abrindo caminhos (alguns mais, outros menos) para a verbalização de lembranças guardadas, recordações da infância, desejos, frustrações, pequenas e grandes alegrias, desabafos... A partir daí, começamos a apresentar as primeiras atividades de escrita, sempre mobilizadas pela leitura e chamando a atenção para algumas dimensões que o trabalho com as palavras permite explorar (distintas experiências com o tempo; jogos, rimas, ritmos; diferentes possibilidades de narrar uma lembrança; mudança de focos narrativos). Para além de meros exercícios “de estilo”, estas propostas de escrita mobilizam um trabalho bastante profundo de descobertas na linguagem, e de si. Nos encontros seguintes, os participantes leem suas próprias produções, que são comentadas pelo grupo. Percebemos que mesmo antes das rodas, os participantes já trocaram seus textos entre si, o que faz ver que o projeto está acontecendo no presídio mesmo quando não estamos presentes.

Procuramos levar às rodas uma grande variedade de textos literários potencialmente instigantes, já que, citando Cecília Bajour (2012, p. 26), “a escolha de textos vigorosos, abertos, desafiadores, que não caiam na sedução simplista e demagógica, que provoquem perguntas, silêncios, imagens, gestos, rejeições e atrações, é a antessala da escuta”. Dentre tais textos, incluímos produções que não se ajustam à perspectiva e valores do chamado “cidadão de bem”. Por exemplo, escritos de Charles Bukowski, Horacio Castellanos Moya, Clarice Lispector, Julio Cortázar, Hilda Hilst, entre outros. Além disso, fazemos referência e usamos trechos de obras clássicas que foram escritas no presídio ou por escritores que passaram pela prisão (sejam eles Graciliano Ramos, Oscar Wilde ou Miguel de Cervantes), os quais nos ajudam a exemplificar que, apesar de todos os constrangimentos, do cárcere também podem surgir imagens novas, falas de forte

impacto e com enorme potencial transformador. Com esse mesmo fim, propomos também a leitura de produções literárias contemporâneas da América Latina escritas por presos comuns³, como o brasileiro Luiz Alberto Mendes e a argentina Liliana Cabrera. Estas últimas produções interpelam de forma muito especial aos participantes das oficinas, tanto pela proximidade das experiências a que se referem quanto pelo exemplo poderoso do que pode ser feito e dito por pessoas privadas de liberdade. Aliás, consideramos que contribuir para a circulação das produções verbais dos presos comuns é uma das tarefas mais importantes que podem realizar diversas oficinas como a nossa, atuantes em prisões de todo o continente⁴.

Anteriormente afirmamos que estar preso é ocupar a posição de quem não fala, mas isso não quer dizer que as pessoas privadas de liberdade, em efeito, não falem. Pelo contrário, eles falam e muito: o presídio é um lugar cheio de histórias e de conhecimentos, mas nada disto é escutado fora. Por isso, parte fundamental de nosso trabalho é escutar. Como afirma novamente Cecília Bajour (2012), todo ato de leitura em que se busca abrir significados e expandi-los de modo cooperativo implica na promoção de amplo espaço para a escuta e o diálogo, o qual é tanto mais enriquecedor quanto mais se confie na capacidade dos leitores em se relacionar com os textos que os desafiam ou afetam.

Parte desse processo de escuta é também atender às sugestões de textos que os participantes das oficinas fazem para serem discutidos. Estas têm sido muito diversas: obras clássicas de literatura, letras de músicas de diferentes gêneros (rap, MPB, pop), textos de autoajuda e, inclusive, uma publicidade antiga. Trata-se de uma diversidade de materiais que nem sempre correspondem com aquilo que tradicio-

3 Devemos lembrar que, de certo ponto de vista, a expressão “preso comum” acaba invisibilizando a dimensão política e social do encarceramento em massa.

4 Com o objetivo de colaborar com esta tarefa, em 2018 criamos o blog bilingue espanhol/português laescriturayelafueraesp.blogspot.com / aescritaeofora.blogspot.com, no qual compartilhamos escritos literários produzidos em prisões ou como resultado de experiências de aprisionamento na América Latina, assim como outros materiais relacionados com esta temática. Para a realização do blog contamos com o apoio do projeto de extensão Laboratório de Tradução da UNILA, coordenado pela professora Bruna Macedo.

nalmente é chamado de literatura, mas que nós lemos como lemos os demais materiais que levamos para oficina: como literatura, mas também como algo que pode não ser (só) literatura.

Não é de nosso interesse rejeitar nenhum material por não ser literário, mas também não achamos pertinente considerar tudo literatura. Antes, interessa-nos as tensões que certos materiais provocam ao que entendemos por literatura. Nas nossas oficinas, tentamos atender aos desafios que as produções verbais que circulam e são produzidas nos presídios colocam aos conceitos e práticas com que trabalhamos na universidade. O que é literatura? Ao nosso ver, só na medida em que essa pergunta não se fecha e que permanece recolocada e desdobrada permanentemente é que é possível vincular a literatura com a promessa de uma democracia por vir, como diria Derrida (2014).

Nesse ponto, radica-se nossa principal diferença com um dos textos que serviram de inspiração para nosso projeto: *Direito à Literatura*, de Antonio Candido (2004). Trata-se de um artigo escrito originalmente em 1988, ano que consolidou na Constituição do país a conquista de uma série de direitos, resultante da participação ativa dos movimentos sociais no lento e limitado processo de transição democrática. Nesse momento tão significativo na história do Brasil, Candido desenvolveu a tese de que, em uma sociedade verdadeiramente democrática, a literatura deve ser reconhecida como um direito fundamental. O nome de nosso projeto, *Direito à Poesia*, assinala uma herança e uma dívida com o esforço de Candido por pensar os vínculos entre literatura, inclusão social e ampliação democrática. Mas nossa concepção do literário não é exatamente a de Candido. Nós não partimos de nenhuma definição do literário que permitiria identificar de forma clara aquilo cuja possessão ou acesso teria de ser defendido como direito fundamental. Ao nosso ver, a palavra “literatura” pode nomear coisas muito diferentes e conflituosas entre si, e é na abertura na definição do literário, gerada por esses conflitos, que se pode reconhecer uma abertura democrática. Nossas oficinas nas penitenciárias não só querem brindar acesso a certo conjunto de obras ou permitir o livre exercício da capacidade de fabulação ou ficção dos participantes; também querem ser um espaço em que seja

possível colocar em questão o que se entende por literatura e por direito. Assim, para nós, a palavra “literatura” não só se refere a algo já previamente dado, mas a uma possibilidade, à manutenção de uma possibilidade.

Talvez essa sutil diferença na concepção do literário foi o que nos levou a substituir no nome do nosso projeto a palavra “literatura”, utilizada por Candido em seu ensaio, por “poesia” (e dizemos “talvez” porque estas reflexões são posteriores à escolha). Para nós, na palavra “poesia” ressoa “criação”, a possibilidade do aparecimento de algo novo na linguagem. Igualmente, “poesia” remete ao absolutamente singular. Tradicionalmente, por exemplo, se diz que a poesia, a diferença da prosa, é intraduzível (ou só poderia ser traduzida em novas construções poéticas igualmente singulares). O nome *Direito à Poesia* talvez não queira exprimir mais do que uma reivindicação do absolutamente singular, irreduzível e incomensurável. Algo cuja existência seria urgente reconhecer, mesmo aí onde a singularidade é tão profundamente negada, como nos presídios.

5. ANTOLOGIA MÍNIMA DE CENAS DAS OFICINAS

Escolhemos finalizar nosso texto evitando uma solução de “fechamento” e organização das reflexões acima, que, na realidade, seguem abertas e em permanente aprofundamento. Achamos que poderia ser mais interessante atravessar tudo o que foi dito até agora pela descrição de momentos marcantes acontecidos durante as nossas oficinas. Tais cenas, quem sabe, poderão sugerir o que escapa ao esforço de traduzir nossa experiência.

Entre as muitas possíveis, selecionamos algumas das cenas que melhor evidenciam as conexões afetivas e intelectuais, assim como as descobertas poéticas e a multiplicação de significados que se desenvolvem nas oficinas literárias, esse espaço em que se articulam e em que se abrem frestas entre as três instituições sobre as quais refletimos: a prisão, a universidade e a literatura. Sempre que foram

mencionados nomes, eles foram alterados ou reduzidos às primeiras letras do nome e do sobrenome, a fim de preservar a identidade dos envolvidos, salvo em uma situação, a cena 4, onde o nome foi mantido a pedido do participante.

I. LITERATURA SUBVERSIVA

Logo no início do projeto, houve, no primeiro grupo de leitura formado com as mulheres na Penitenciária Feminina, uma participante paraguaia. Acostumada com o contexto da fronteira, Mercedes entendia bem o português, ainda que se expressasse com algum sotaque. Tania, uma das estudantes que impulsionou o início do *Direito à Poesia*, é uruguaia, e a identificação entre elas, como estrangeiras e *hispanohablantes*, fez-se de imediato: longe de casa, encontrar-se com a primeira língua é voltar ao berço. Contudo, nos encontros seguintes, nos demos conta de que a primeira língua de Mercedes não era o espanhol e sim o guarani, que ela era proibida de falar na prisão com outras paraguaias em virtude do receio dos agentes com a comunicação entre as presas em um idioma que eles não dominavam. Ao sabermos disso, para o encontro seguinte selecionamos alguns poemas em guarani, da poeta Susy Delgado, para compartilharmos na roda. Evidentemente, apenas Mercedes poderia lê-los: ela respirou e leu em voz alta, fazendo ressoar entre as paredes do salão aquele idioma proibido.

II. ACONTECIMENTO LITERÁRIO

Um dia, estávamos debatendo se o presídio poderia ser considerado um espaço de produção literária. J.C. não tinha dúvidas: um de seus passatempos era escrever em um caderno histórias e conversas que ouvia na sua cela ou nos corredores. Por isso, em resposta à nossa pergunta, ele abriu seu caderno e nos leu uma delas. Era o início

de 2017 e seu companheiro de prisão observava atentamente e em silêncio uma fenda na parede, até que de repente ele disse: “Olha, o novo modelo de formigas deste ano já começou a aparecer.”

III. NOTA DE RODAPÉ⁵

Certa vez, em outro encontro com as mulheres da Penitenciária Feminina, selecionamos para a roda o conto “Noite de Almirante”, do nosso bruxo do Cosme Velho (ASSIS, 2011). Alguns se lembram do argumento: o protagonista é Deolindo, um jovem marinheiro que, após meses viajando pelos mares, retorna ao Rio de Janeiro, onde irá reencontrar a noiva, de quem se despedira meses antes com juras de amor eterno. Ao encontrá-la, contudo, Genoveva já tem outro parceiro e realmente se surpreende que ele tenha levado a sério a promessa. Interessava-nos bastante nesse conto, entre outras coisas, a irreverência desta personagem feminina, que operava com uma escala de valores e a partir de uma visão de mundo ativa e independente da de seu ex-amado, rompendo com todos os estereótipos das heroínas românticas. A leitura que emergiu da roda, contudo, neste espaço aberto ao novo, nos lembrou uma vez mais que os textos podem interpelar seus leitores de formas inesperadas. A empatia daquelas mulheres não foi com Genoveva, mas sim com Deolindo, reconhecendo no marinheiro esquecido pela noiva o seu próprio abandono.

5 Segundo o Dr. Drauzio Varela (2011), as mulheres privadas de liberdade padecem em grau ainda maior da solidão: afastadas dos filhos e abandonadas pelo parceiro, até os familiares mais próximos acabam se afastando (por muitos motivos, o filho continua sendo visitado pela mãe durante anos; a filha presa não merece a mesma consideração).

IV. AMIZADES E PENAS: UMA HISTÓRIA DE BICHOS E HOMENS

Há outro relato que, como o anterior, gostaríamos de ter incluído em uma das duas antologias que fizemos com os textos resultantes das oficinas na PEF II. Não os incluímos por não ter uma versão escrita deles, só a narração oral. Esse outro relato surgiu um dia em que falávamos sobre a relação entre seres humanos e animais. Então, Israel, um dos participantes, tomou a palavra e começou a contar que há alguns anos ele morou em uma casa com um cachorro e um galo. Os dois bichos se criaram juntos na casa de Israel. Quando filhotes, cachorro e galo compartilhavam o mesmo lugar para dormir (a casa do cachorro) e brincavam com frequência. Mas com o passar dos anos teriam começado a brigar (o cachorro ameaçando morder o galo e o galo ameaçando dar uma bicada no cachorro) e se distanciando. Israel conta que um dia, depois de voltar cansado do trabalho, encontrou toda a roupa que ele tinha deixado estendida no varal do quintal jogada pelo chão, cheia de terra. Não teve dúvida de que o culpado disso era o cachorro e foi bater nele. Mas o cachorro não aceitou a repreensão e reagiu latindo com violência. Então Israel ficou raivoso e começou a tirar da corrente que segurava o pescoço do cachorro, de tal forma que este ficava pendurado sem conseguir respirar. Israel mantinha o cachorro suspenso no ar, olhando como se asfixiava, e assim teria continuado a fazer se não fosse o galo ter aparecido, de repente, batendo as asas e cacarejando alto. Israel, então, soltou o bicho por uns segundos, mas decidiu voltar a tirar da corrente. Nesse momento, o galo avançou sobre ele ameaçando lhe dar bicadas. Essa reação fez com que Israel soltasse definitivamente a corrente pensando: “o galo está defendendo o cachorro”, e se perguntando: “por que eu estou matando esse animal?”. Nós, que escutávamos a história, nesse momento imaginamos um final feliz e edificante, mas o fecho que lhe deu Israel foi diferente. Ele disse: “de qualquer forma nada adiantou: o cachorro foi levado para um sítio longe do galo, o galo terminou em uma panela e eu estou aqui, preso”.

V. RESISTE, UNILA!

No início de julho de 2017, toda a comunidade da UNILA foi surpreendida com a possibilidade de seu fechamento, no conhecido episódio que instigou a reação do movimento UNILA RESISTE⁶. Naqueles dias, estivemos todos envolvidos com a busca de apoios (locais, regionais, nacionais, internacionais) fundamentais para resistir à investida. Antes do recesso das férias, quando suspenderíamos momentaneamente os encontros do *Direito à Poesia* na PEF 2, comentamos com os participantes sobre tudo o que estava acontecendo, inclusive porque eles saberiam a respeito pela TV local. Decorridas algumas semanas, quando retomamos o projeto, pudemos viver um dos momentos mais tocantes naquelas já emotivas semanas: ao chegarmos ao salão, todos nos receberam com uma contagiante alegria, dizendo como haviam sentido falta dos encontros e do projeto. Além disso, haviam organizado entre eles sua própria campanha de resistência, escrevendo suas cartas de apoio à “querida UNILA”.

6 Proposta por um deputado da bancada ruralista, uma emenda “jabuti”, aditiva a uma Medida Provisória que circulava em uma comissão mista na Câmara e no Senado, propunha que a UNILA fosse reunida a dois *campi* da UFPR, criando uma terceira universidade, “para brasileiros” e voltada à “vocação do Oeste do Paran a”, desenvolvendo seus projetos de pesquisa e ensino de forma articulada ao mercado e às empresas agro-alimentícias da região. Em outras palavras, seria o fim do sonho de integra o latino-americana e do projeto da UNILA.

FIGURA 2 – Textos de apoio à UNILA, escritos por iniciativa dos participantes das rodas, em 2017

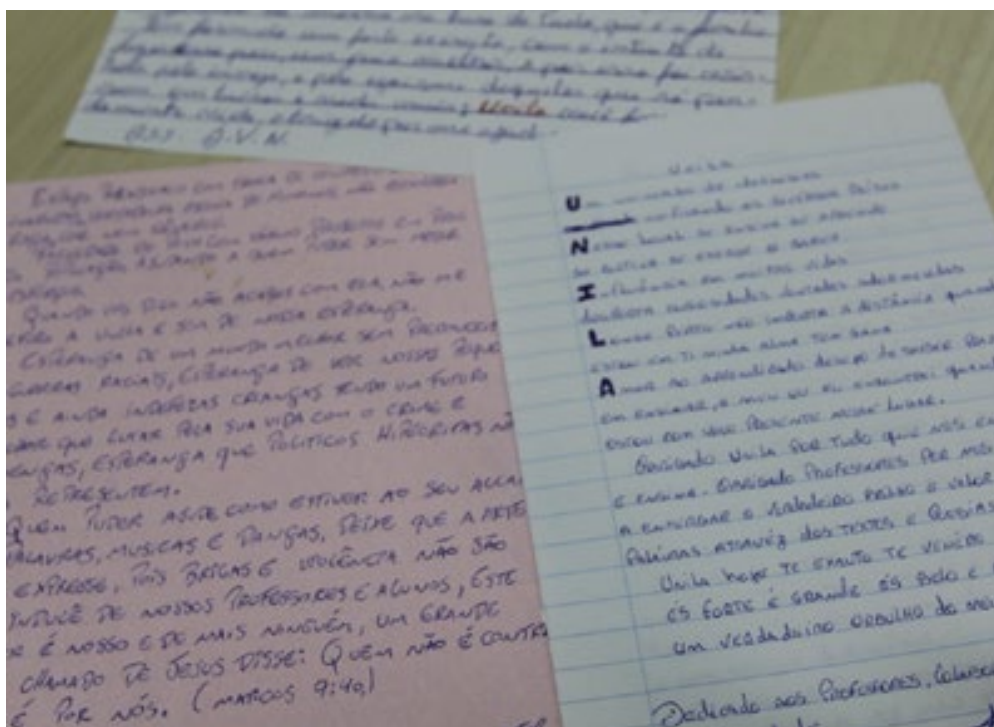


Foto: Sandra Narita (2017).

VI. 120 MINUTOS ROUBADOS

No final do ano de 2016, aderimos à campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, que, em Foz do Iguaçu, foi encampada por diversos coletivos feministas, movimentos da sociedade civil e pelo Conselho do Município. Em parceria com outro projeto de extensão da UNILA, coordenado pelos professores Félix Ceneviva Eid e Ladislao Landa, propusemos organizar uma apresentação do grupo Músicas da América Latina para as mulheres da Penitenciária Feminina.

O prof. Félix já havia manifestado o interesse em participar, de algum modo, das atividades na cadeia, mas as dificuldades de nossa entrada no presídio ao longo daquele semestre nos haviam deixado bastante pessimistas sobre o que conseguiríamos fazer. Com o apelo da campanha e o acompanhamento do Conselho do Município, con-

tudo, encontramos una especie de portal. Foi inacreditável quando nos vimos adentrando a cadeia pública com 10 pessoas, acompanhadas de violino, charango, dois violões, bombo, microfones, caixas amplificadoras, mesa de som, estantes... A apresentação aconteceu nas próprias galerias onde ficam as celas, para que todas as mulheres pudessem assistir⁷. Fizemos referência à campanha, conversamos e, por duas horas, as paredes cinzas da prisão foram inundadas pela poesia do cancionero popular latino-americano. A alegria, mesmo naquele lugar de desalentos, foi irresistível: canto de trabalho tradicional, chamamé, cueca, marinera, chacarera, landó, capoeira e huaynos andinos que culminavam no aclamado solo de charango. Em nossa despedida, parafraseamos a portuguesa Matilde Campilho, que diz que a poesia, a música ou uma obra de arte não salvam o mundo, mas podem salvar um minuto, um segundo. Pelos olhares e pelos acenos que pudemos trocar com aquelas mulheres, sentimos a cumplicidade de quem conseguiu uma vitória compartilhada contra a tristeza, mesmo que por aquelas duas horas.

FIGURA 3 – Sonia Inés Varela e Febi Aguirre, do projeto Músicas da América Latina



Foto: Nicolás Daniel Perez Macuada (2016).

7 O grupo era composto pelos professores Félix Eid e Ladislao Landa e pelos estudantes Sonia Inés Varela, Febe Mariana Aguirre, Alisson Pereira de Oliveira, Jonathan Cumbicos Gómez e pelo técnico de som Danilo Bogo. Neste dia, conseguimos ainda autorização para fotografar a atividade, o que foi feito por Nicolás Daniel Perez Macuada, estudante do curso de Cinema e Audiovisual. As fotos podem ser vistas e baixadas no link mega.nz/#F!OEAz1CJZ!iGcwJ_QcW2A_oz1GljJcbg.

VII. DESLIZAMENTO DE SIGNIFICANTES

Não sabemos bem se começou pelos agentes penitenciários ou por iniciativa dos participantes do projeto, mas agora, na PEF 2, os encontros de nosso projeto não são mais conhecidos por Roda de Leitura ou Oficina Literária; quando sabem que haverá atividade, todos dizem: “hoje vai ter UNILA”. Nós gostamos muito disso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN. G. *Do Estado de direito ao Estado de segurança*. 2015. Agamben Brasil. Disponível em: <https://agambenbrasil.wordpress.com/2016/09/20/do-estado-de-direito-ao-estado-de-seguranca-por-giorgio-agamben/>. Acesso em: 7 jun. 2018.

AGAMBEN. G. *Identidad sin persona*. Desnudez. Buenos Aires: Editora Adriana Hidalgo, 2011. p. 67-78.

ASSIS, Machado de. *Contos escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BAJOUR, Cecília. *Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura*. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *Vários escritos*. São Paulo / Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, p.169-191, 2004.

DERRIDA, J. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERRIDA, J. *Literature in Secret: An Impossible Filiation. The Gift of Death*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAROSSA, Jorge. *Sobre a lição: ou de ensinar e aprender na amizade e na liberdade. Pedagogia profana – danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”*. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 25-47.

MOURA, Marcos Vinícius (Org.). *Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)*. 2019. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

NATALI, M. P. Além da literatura. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 9, p. 30-43, 2006.

PARCHUC, J. P. La Universidad en la cárcel: teoría, debates, acciones. *Redes de Extensión / 1* (2015). Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/redes/article/view/1463/1403>. Acesso em: 7 jun. 2018.

PARCHUC, J. P. *Escribir en la cárcel: acciones, marcos, políticas*. Disponível em: <http://seube.filo.uba.ar/sites/drupalbase.filo.uba.ar/files/Parchuc%20-%20Art%C3%ADculo%20BCN%20publicado.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

PETIT, M. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

PETIT, M. *Os jovens e a leitura*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SEGATO, Rita Laura. El color de la cárcel en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 208, p. 142-161, 2007.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. *Projeto Ipê*. 2014. Disponível em: <http://unila.edu.br/noticias/projeto-ipe>. Acesso em: 10 out. 2018.

VARELA, Drauzio. *Cadeia de mulheres*. Folha-UOL, 31 de março de 2011. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/cadeia-de-mulheres>. Acesso em: 10 maio 2018.

YONOFUI. *Yosoy*, n. 2, 2016. Disponível em: <http://tintarevuelta.yonofui.org/yosoy/>. Acesso em: 7 jun. 2018.